



A greve continua em Goiás

Por unanimidade, os trabalhadores da Rede Estadual de Educação decidiram, em Assembleia Geral realizada na manhã de terça-feira (9), pela continuidade da greve da categoria, que começou no dia 13 de maio.

“A reação dos trabalhadores não foi surpresa, diante das propostas horrorosas que o governo nos fez, que não avançou em nada e, principalmente, ignorou completamente os administrativos. Vamos fazer uma forte campanha de mídia, intensificar nossas atividades e fortalecer a nossa greve. Estamos lutando pelos nossos direitos”, disse Bia.



Assembleia decide continuidade da greve

Encaminhamentos apresentados pelo SinteGO e aprovados pelos trabalhadores:

1. Continuidade da greve;
2. Nova Assembleia, dia 19 de junho;
3. Campanha publicitária denunciando as mentiras do Governo do Estado;
4. Audiência Pública na Câmara Federal denunciando o caos na Educação de Goiás;
5. Fortalecimento das atividades de mobilização, na Capital e no interior;
6. Agendamento de audiência no Tribunal de Justiça para solicitar agilidade no julgamento das ações em favor dos trabalhadores em Educação;
7. Agendamento de novas audiências no Ministério Público para cobrar agilidade na propositura de ação que obrigue o Governo de Goiás realize concurso público.

Os passos que levaram à greve

1. Janeiro: Na primeira audiência com a Seduce, no dia 26, o SinteGO apresentou a pauta de reivindicação da categoria à secretária Raquel Teixeira, que informou estar aguardando o retorno da Assembleia Legislativa para encaminhar o Projeto de Lei de pagamento do Piso. Para os administrativos, a secretária pediu tempo para avaliar.

2. Fevereiro: Os deputados voltaram

ao trabalho, mas o governo não enviou matéria sobre quando seria pago o Piso, esperávamos que a proposta fosse melhor que os anos anteriores. Nada para os administrativos.

3. Abril: O governo enviou Projeto de Lei à Assembleia propondo o pagamento somente em agosto, retroativo a janeiro apenas para professores PI e PII. Para os administrativos, o cenário era de

não pagamento da data-base, contrariando todas as conversas que vinham sendo construídas. Para piorar parcelou o salário dos servidores.

4. Maio: Com a iminência de deflagração da greve, a Seduce acenou com pagamento do Piso em junho, com calote de seis meses para PIII e PIV. Proposta foi negada pela categoria, durante Assembleia. Nada para os administrativos.

Propostas-caranguejo

O governo só anda para trás nas propostas:

Professores

- Pagamento do Piso em julho, sem retroativo a janeiro para PIII e PIV;
- Pagamento do Piso em julho, retroativo de maio e junho para PIII e PIV, em 15 parcelas a partir de janeiro de 2016;
- Pagamento do Piso em julho, retroativo de maio e junho para PIII e PIV, em 10 parcelas a partir de janeiro de 2016.

Administrativos

- Nenhuma proposta para os administrativos foi apresentada.

Governo ignora. Categoria não retorna.

O pagamento do Piso é janeiro. Pagamento da data-base é maio. É lei. O SinteGO não abre mão!

Pauta da greve de 2012, Quadro Transitório do Magistério caminha para solução

Finalmente, as distorções do Quadro Transitório do Magistério serão solucionadas e esses trabalhadores terão a valorização que merecem. De acordo com a proposta do Sintego, apresentada ainda em 2013, será

criada uma gratificação para quem está nas mesmas condições funcionais e o mesmo tempo de serviço e, inclusive, são regidos pela mesma lei estatutária. Essa gratificação assegura a valorização da carreira e repara o grande prejuízo

profissional e financeiro, a que esses servidores estão sendo submetidos no decorrer dos anos. Projeto de Lei para formalizar as mudanças será encaminhado pelo Executivo à Assembleia Legislativa para aprovação.

Assédio moral para enfraquecer a greve



Após decidirem continuidade de greve trabalhadores fazem manifestação até o Palácio Pedro Ludovico Teixeira

Com a greve reconhecida legalmente pela Justiça e sem conseguir conter a indignação dos professores e dos servidores administrativos efetivos, que buscam fazer valer os seus direitos, o Governo do Estado, por meio das subsecretarias está plantando o terror entre os personagens mais frágeis da greve: os contratos temporários e os alunos.

Em Posse, a situação chegou aos alunos e familiares. Para forçar o retorno dos trabalhadores que estão parados, a subsecretaria está telefonando na casa dos alunos e pressionando os pais com ameaças como perda da bolsa família, retaliação por parte do Ministério Público e Conselho Tutelar porque os filhos não estão na escola, não reposição de conteúdo e reprovação do falta.

O Sintego tranquiliza os pais que as ameaças não têm fundamento, porque a greve não é responsabilidade do aluno.

Contratos temporários

Desde o início do movimento, os temporários, que são explorados com um salário de miséria, estão sendo ameaçados com rompimento de contrato e, por último, com retenção do pagamento.

Como se não bastasse a falta de respeito para com os trabalhadores, de compromisso com a valorização profissional e de qualificação do ensino, há a ameaça de rompimento dos contratos agora em junho para não pagar as férias de julho, com nova contratação em agosto.

STF anula lei e obriga governo a ressarcir servidores

O Supremo Tribunal Federal anulou a lei que aumentou de 11% para 13,25% a alíquota de contribuição previdenciária do funcionalismo público de Goiás, com isso, o Governo do Estado terá de reembolsar os servidores pelas quantias cobradas a mais, indevidamente, desde maio de 2013.

A decisão é do ministro Luís Roberto Barroso, em ação Declaratória de Inconstitucionalidade proposta pela Associação dos Magistrados de Goiás, mas atinge todos os servidores públicos, que ficam isentas do aumento.

**Atenção,
professores e
administrativos,
Assembleia Geral,
dia 19 de junho,
às 9h, em frente
à Assembleia
Legislativa de Goiás**

Expediente

Sede: Rua 236, nº 230 . Setor Coimbra . Goiânia - GO . Cep 74535-030 . Fone: (62) 3291.8383 . Fax: (62) 3291.8820 . Site: www.sintego.org.br . E-mail: imprensa@sintego.org.br . **Hospedagem:** Rua 83-A, nº 58, St. Sul . Goiânia - GO . Cep 74083-030 . Fone: (62) 3223.9651 . **Presidenta:** Bia de Lima . **Sec. de Imp. e Divulgação:** Edineia Pereira . **Jornalista Responsável:** Nara Serra - MTb 1845 . **Assistente de Comunicação:** Jéssica Ferreira . **Diagramação e Arte :** Luciana Quixabeira . **Fotos:** arquivo Sintego . **Impressão:** CEGRAF/UFG . **Tiragem:** 20.000 exemplares.